

Open Co Tecnologia S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 244U3-056-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas e Administradores da
Open Co Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Open Co Tecnologia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Open Co Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 6.15, em decorrência das alterações efetuadas para refletir o registro do ajuste retrospectivo da operação do plano de opção de ações da controladora da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, e visando ao aperfeiçoamento de determinadas práticas contábeis em relação àquelas demonstrações contábeis anteriormente divulgadas, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram reapresentadas nesta data. Revisamos tais ajustes e reclassificações e não temos quaisquer exceções quanto ao assunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado 27 de julho de 2023, com modificação sobre o não reconhecimento do plano de opção de ações da Companhia, o qual foi regularizado, conforme descrito no parágrafo acima.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ 081.409/O-3

Open Co Tecnologia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.253	129.642
Contas a receber	8	1.441	455
Partes relacionadas	25	3.000	1.298
Outros créditos	9	6.411	2.408
Total do ativo circulante		<u>66.105</u>	<u>133.803</u>
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	7	1.587	2.253
Direito de uso - Arrendamento	10	2.202	286
Imobilizado	11	2.334	2.401
Intangível	12	12.580	14.593
Total do ativo não circulante		<u>18.703</u>	<u>19.533</u>
Total do ativo		<u>84.808</u>	<u>153.336</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Open Co Tecnologia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	2.470	4.872
Salários e benefícios	14	15.850	16.678
Provisão para contingências	15	25	37
Impostos a recolher	16	293	563
Passivo de arrendamento	10	444	180
Parcelamento de impostos	17	1.520	1.431
Total do passivo circulante		<u>20.602</u>	<u>23.761</u>
Passivo não circulante			
Parcelamento de impostos	17	3.946	5.555
Passivo de arrendamento	10	2.132	-
Total do passivo não circulante		<u>6.078</u>	<u>5.555</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18	420.269	420.000
Reserva de capital	18	66.913	52.356
Prejuízos acumulados		(429.054)	(348.336)
Total do patrimônio líquido		<u>58.128</u>	<u>124.020</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>84.808</u>	<u>153.336</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Open Co Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Líquida de produtos e serviços operacionais	19	23.365	29.208
Custo dos produtos e serviços	20	(11.015)	(12.207)
Lucro bruto		12.350	17.001
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(26.341)	(48.774)
Despesas com pessoal	22	(62.128)	(56.032)
Resultado na alienação de bens	24	406	11.617
Plano de opção de ações (despesas de vesting)	18	(14.557)	(19.943)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(90.270)	(97.281)
Receitas financeiras	23	12.381	7.666
Despesas financeiras	23	(620)	(18.298)
Resultado financeiro		11.761	(10.632)
Prejuízo do exercício		(78.509)	(107.913)
Prejuízo por ação - Em R\$	18	(7,67)	(10,55)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Open Co Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(78.509)	(107.913)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(78.509)</u>	<u>(107.913)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Open Co Tecnologia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital - Plano de opção de ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022 - originalmente apresentado		292.824	(71.824)	-	(194.940)	26.060
Ajuste retrospectivo	6.12	-	-	32.413	(32.413)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022 - reapresentado	18	292.824	(71.824)	32.413	(227.353)	26.060
Plano de opção de ações		-	-	19.943	-	19.943
Aumento de capital - Subscrição		157.176	(157.176)	-	-	-
Integralização de capital social		-	199.000	-	-	199.000
Prejuízos acumulados na incorporação		-	-	-	(13.070)	(13.070)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(107.913)	(107.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - reapresentado	18	450.000	(30.000)	52.356	(348.336)	124.020
Plano de opção de ações		-	-	14.557	-	14.557
Aumento de capital		269	-	-	-	269
Prejuízos acumulados na incorporação		-	-	-	(2.209)	(2.209)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(78.509)	(78.509)
Em 31 de dezembro de 2023	18	450.269	(30.000)	66.913	(429.054)	58.128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Open Co Tecnologia S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(78.509)	(107.913)
Ajustes de		
Depreciação	3.279	3.240
Baixa de imobilizado	-	29
Juros sobre arrendamento	127	193
Provisão para contingências	(12)	(60)
Aquisição de imobilizado - incorporação	(235)	(799)
Aquisição de intangível - incorporação	-	(85)
Reservas de Lucros - Incorporação Rebel e BolettoFlex	(2.209)	(13.070)
Plano de opção de ações	14.557	19.943
Varição no capital circulante:		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	666	(1.892)
(Aumento) em contas a receber	(2.686)	(330)
(Aumento) redução em outros ativos	(4.003)	18.811
Aumento (Redução) em contas a pagar	(2.402)	512
Aumento (Redução) em salários e benefícios	(828)	4.820
Aumento (Redução) em partes relacionadas	-	-
Aumento (Redução) em impostos a recolher	(269)	204
Pagamento de Arrendamento	(180)	(715)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(72.704)	(77.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Outros passivos	-	7.601
Outros passivos - Pagamentos	(1.521)	(613)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	269	199.000
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(1.252)	205.988
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(433)	(843)
Aquisição de intangível	-	(8.203)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(433)	(9.046)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(74.389)	119.830
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	129.642	9.812
No final do exercício	55.253	129.642
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(74.389)	119.830

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Open Co Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Open Co Tecnologia”) é uma sociedade por ações constituída em 17 de julho de 2014, domiciliada no Brasil, subsidiária da Open Co Holding Limited, com sua sede social na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia tem por objeto a operação de plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende: (i) a manutenção e gerenciamento de informações cadastrais; (ii) a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas; (iii) a avaliação de risco de crédito; (iv) o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros; (v) a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes; e (vi) o recebimento de depósitos e pagamentos de títulos por conta e ordem de terceiros.

Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Companhia são basicamente adquiridos pelo Open Co Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II, constituído sob a forma de condomínio fechado, e que objetiva proporcionar rendimento a seus cotistas através da aquisição de direitos creditórios originados na plataforma.

Visando alcançar uma organização societária mais eficiente, a Open Co Tecnologia decidiu unificar suas plataformas e tecnologias, incorporando uma das empresas do grupo a Open Co Correspondente Bancário Ltda. na data de 01/12/2022 trazendo seus ativos e passivos, bem como os resultados acumulados para uma melhor eficiência em seus negócios.

O plano da Companhia para reverter os resultados negativos baseia-se na estratégia de crescer sua originação com custo de aquisição de clientes reduzido, através de (i) crescimento de parcerias com varejistas para financiamento das compras de seus clientes, com o produto "Buy Now Pay Later", usando o conceito de "embedded finance"; (ii) aumento da concessão de empréstimos para clientes existentes da Companhia, via renovação de empréstimos já concedidos; e (iii) expansão da atuação para o segmento de pequenas e médias empresas, em que a Companhia passou a atuar com a aquisição realizada em junho de 2023 pelo grupo da BizCapital.

Em 27 de novembro de 2023, a Companhia incorporou a BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A., empresa sediada em Florianópolis (SC) adquirida pela Open Co Holding Limited em 06 de janeiro de 2023, com o objetivo de alavancar as operações de By Now Pay Later (BNPL) do grupo. O resultado da incorporação foi a extinção da BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A. e consequente sucessão de todos os seus respectivos direitos e obrigações pela incorporadora (Companhia). A incorporação fez parte de um projeto de reorganização societária do grupo.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação destas demonstrações contábeis.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são: (i) impostos; (ii) valor justo de instrumentos financeiros; (iii) perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iv) redução ao valor recuperável de ativos (impairment) dos ativos imobilizados e intangíveis, e (v) provisão para riscos processuais.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base.

6. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e equivalentes de caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

6.2 Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

6.3 Reconhecimento de receitas

As principais fontes de receitas estão descritas a seguir:

- Serviços de originação de empréstimos, equivalente a 4,5% alterado para 5,5% a partir do dia 16/09/2022 sobre o valor do principal concedido aos tomadores de empréstimos na plataforma digital da Open Co Tecnologia S.A.; e
- Prestação de serviços de avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Open Co Tecnologia, equivalente a 3% dos recebimentos totais (CCBs de rating A até E) de seus veículos de funding.

A receita de serviços é reconhecida quando os serviços descritos acima são concedidos ao cliente, ou seja, após a concessão do empréstimo (serviço de originação e correspondente bancário), ou após a gestão dos recebimentos feito em nome dos debenturistas (serviço de cobrança), sendo mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber por estes, devida imediatamente no momento em que o cliente adquire os serviços descritos acima, estando assim em consonância com o CPC 47- Receita de contrato com cliente, o qual estabelece que “a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços”.

Assim, o reconhecimento da receita está em consonância com as seguintes diretrizes estabelecidas na norma:

- (i) Os contratos entre as partes identificam e formalizam as receitas oriundas das originações e serviços de avaliação, cobrança e renegociação de créditos;
- (ii) O desempenho obedece a uma lógica binária, uma vez em que as receitas são somente auferidas após as originações e efetivação dos serviços de cobranças (materializadas através dos recebimentos das CCBs), contratadas através da plataforma da Companhia;
- (iii) O preço é fixado contratualmente, e reflete os percentuais descritos acima sobre as originações e avaliações de crédito e cobrança;
- (iv) Os percentuais são aplicados de acordo com as originações e recebimentos das CCBs, conforme descrito acima;
- (v) As receitas são reconhecidas na transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, ou seja, quando concluídas as originações e efetivadas as cobranças.

6.4 Reconhecimento de despesas

As despesas são reconhecidas de acordo com a competência dos passivos adquiridos pela Companhia, reconhecidos quando esta passa a possuir uma obrigação que enseje uma provável transferência de recursos econômicos ou financeiros para a liquidação desta obrigação e seu valor de liquidação ou realização possa ser mensurado em bases confiáveis, ou ainda quando ocorrerem reduções nos benefícios econômicos futuros dos ativos.

São compostas basicamente por despesas administrativas, de folha, tecnologia, amortizações e depreciações.

6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

6.6 Imobilizado

O imobilizado é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está demonstrado ao custo deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

6.7 Intangível

(i) *Ativos intangíveis adquiridos separadamente*

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ii) *Ativos intangíveis gerados internamente*

O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

6.8 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Dado que os ativos não geram fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia calcula o valor recuperável considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

6.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são avaliadas individualmente, ação por ação, por escritório especializado, sendo reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As contingências são classificadas como:

Prováveis: São constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões.

Possíveis: São divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.

Remotas: Não requerem provisão nem divulgação.

6.10 Instrumentos financeiros

De acordo com a norma (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), os ativos e passivos financeiros devem ser inicialmente mensurados pelo valor justo subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber (incluindo os contratos de mútuos, conforme divulgados adiante, na nota explicativa 26) e outros ativos.

Por serem os recebíveis compostos basicamente por operações com Companhias do grupo e os créditos originados pela sua plataforma serem endossados a outros veículos, sem retenção de risco de crédito pela Open Co Tecnologia.

Valor justo (instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – VJR e instrumentos mensurados ao valor justo por meio dos resultados abrangentes - VJORA: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados na categoria valor justo por meio do resultado, os saldos de Aplicações Financeiras.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

6.11 Arrendamento

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros e introduz um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações contábeis para arrendadores e arrendatários. Para todos os arrendamentos, a Companhia:

Reconhece ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros, descontados a uma taxa média de 9,595% a.a.;

Reconhece a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração do resultado; e

Segrega o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos de arrendamento operacional não canceláveis, conforme detalhado na nota 10.

6.12 Plano de opção de ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição.

Para o cálculo do valor justo das opções, a Companhia faz uso do modelo de Black-Scholes (o formulário americano 409A passou a ser considerado para as outorgas realizadas a partir de 2023). O modelo utiliza matemática avançada para determinar o preço justo das opções com base em vários fatores: preço atual do ativo subjacente ao qual a opção está vinculada, o preço de exercício da opção, o tempo até o vencimento, a volatilidade do ativo e a taxa livre de risco.

6.13 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

6.14 Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa.

6.15 Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis utilizadas para fins de comparabilidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificações de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, tendo em vista a necessidade dos registros dos ajustes retrospectivos das operações de Plano de opção de ações, mesmo sem gerar impacto financeiro no patrimônio líquido da Open Co Tecnologia S.A. (“Companhia”).

A Open Co Holding Limited (controladora da Open Co Tecnologia S.A.) oferece eventualmente plano de opção de compra de ações, incluindo colaboradores de suas controladas como a Open Co Tecnologia S.A. (Companhia). Conforme parágrafo B45 do CPC 10 – Pagamento baseado em ações, a despesa de *vesting* deve ser reconhecida também na empresa beneficiária dos serviços (no caso, a controlada). Dessa forma, a Open Co Tecnologia efetuou retrospectivamente esse registro, visto que anteriormente tal registro estava efetuado somente na controladora da Companhia.

Os ajustes efetuados no exercício apresentado estão demonstrados a seguir:

Passivo	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022
	Originalmente apresentado		Reapresentado
Total passivo circulante	23.761	-	23.761
Total passivo não circulante	5.555	-	5.555
Capital social	420.000	-	420.000
Reserva de capital	-	19.943	19.943
Ajustes retrospectivos	-	32.413	32.413
Prejuízos acumulados	(295.980)	(52.356)	(348.336)
Total do patrimônio líquido	124.020	-	124.020
Total passivo	153.336	-	153.336

Demonstrações dos resultados

	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Originalmente apresentado		Reapresentado
Receita de serviços	29.208	-	29.208
Custos de serviços	(12.207)	-	(12.207)
Lucro Bruto	17.001	-	17.001
Despesas gerais e administrativas	(48.774)	-	(48.774)
Despesas com pessoal	(56.032)	-	(56.032)
Despesas de depreciação e amortização	(1.150)	-	(1.150)
Resultado na alienação de bens	11.617	-	11.617
Plano de opção de ações (despesas de <i>vesting</i>)	-	(19.943)	(19.943)
Resultado antes do resultado financeiro	(77.338)	(19.943)	(97.281)
Receitas financeiras	7.666	-	7.666
Despesas financeiras	(18.298)	-	(18.298)
Resultado financeiro	(10.632)	-	(10.632)
Prejuízo do exercício	(87.970)	(19.943)	(107.913)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Originalmente apresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(87.970)	(19.943)	(107.913)
Resultado abrangente total do exercício	(87.970)	(19.943)	(107.913)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Originalmente apresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(87.970)	(19.943)	(107.913)
Ajustes de			
Depreciação	3.240	-	3.240
Baixa de imobilizado	29	-	29
Juros sobre arrendamento	193	-	193
Provisão para contingências	(60)	-	(60)
Aquisição de imobilizado - incorporação	(799)	-	(799)
Aquisição de intangível - incorporação	(85)	-	(85)
Reservas de Lucros - Incorporação Rebel	(13.070)	-	(13.070)
Plano de opção de ações	-	19.943	19.943
Variação no capital circulante:			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(1.892)	-	(1.892)
(Aumento) em contas a receber	(330)	-	(330)
(Aumento) redução em outros ativos	18.811	-	18.811
Aumento (Redução) em contas a pagar	512	-	512
Aumento (Redução) em salários e benefícios	4.820	-	4.820
Aumento (Redução) em impostos a recolher	204	-	204
Pagamento de Arrendamento	(715)	-	(715)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(77.110)	-	(77.110)
Outros passivos	7.599	-	7.599
Outros passivos - Pagamentos	(613)	-	(613)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	199.000	-	199.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	205.986	-	205.986
Aquisição de imobilizado	(843)	-	(843)
Aquisição de intangível	(8.203)	-	(8.203)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(9.046)	-	(9.046)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	119.830	-	119.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.812	-	9.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	129.642	-	129.642
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	119.830	-	119.830

6.16 Normas e interpretações alteradas ou ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

6.17 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

7. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Conta corrente em moeda nacional	328	22.818
Aplicações financeiras - CDB (i)	54.925	106.824
Total	55.253	129.642

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários são de liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha, objetivam a gestão de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente a 100,60% (101,92% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

A Open Co Tecnologia, adicionalmente, detém aplicações financeiras efetuadas com instituições financeiras de primeira linha, com vencimento acima de um ano, mantidas para cobertura de eventuais riscos operacionais e externalidades negativas, como crises econômicas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Debêntures	1.049	1.049
Fundo de Renda Fixa	538	1.204
Total	1.587	2.253

8. Contas a receber

São compostas por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes (i)	1.441	456
Total	1.441	456

- (i) O contas a receber é composto por fees de originação e serviços de avaliação de crédito e cobrança, cujos prazos médios de liquidação não ultrapassam trinta dias. Os empréstimos originados na plataforma da Companhia são cedidos para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e outros veículos de securitização dos quais o Grupo detém participação, sem retenção de risco de crédito na Open Co Tecnologia S.A.

O período médio de recebimento das receitas relativas à prestação de serviço da Companhia é de 30 dias. Nenhum juro é cobrado sobre as contas a receber de clientes em aberto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

9. Outros ativos

São compostos por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos a recuperar (i)	5.486	2.350
Adiantamentos a fornecedores	54	-
Seguros	255	-
Outras contas a receber	616	58
Total	6.411	2.408

- (i) Representado substancialmente por imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira no montante de R\$ 4.469 (2022 – R\$ 1.425).

10. Arrendamento

A Companhia possui um ativo de direito de uso referente à locação de prédio para operacionalização do negócio, em contrapartida a um passivo de arrendamento a pagar.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são de:

Ativos de direito de uso				
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	286	2.449	(532)	2.202
Total	286	2.449	(532)	2.202

Passivo de arrendamento					
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Juros a apropriar	Pagamentos	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	180	3.220	(644)	(180)	2.576
Total	180	3.220	(644)	(180)	2.576

Circulante	180	444
Não circulante	-	2.132

Segue abaixo a composição por prazo de vencimento para amortização dos valores a pagar do passivo de arrendamento:

Vencimentos	
2024	444
2025	549
2026	585
2027	648
2028	350
Total	2.576

11. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Incorporação (*)	(Depreciação)	%	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	808	388	6	(250)	25%	952
Equipamentos, móveis e utensílios	333	-	110	(81)	10%	362
Equipamentos de informática	1.260	45	119	(404)	20%	1.020
Total	2.401	433	235	(735)		2.334

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Incorporação (*)	(Depreciação)	%	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	397	608	(197)	25%	808
Equipamentos, móveis e utensílios	359	14	25	(65)	10%	333
Equipamentos de informática	1.082	432	166	(420)	20%	1.260
Total	1.441	843	799	(682)		2.401

(*) Referem-se às incorporações das empresas Open Co Correspondente Bancário Ltda, em 2022 e Boletoflex Tecnologia e Serviços S.A., em 2023 (vide nota 27).

12. Intangível

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados na Nota Explicativa nº 6.7.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferência	(Baixas)	(Amortização)	%	Saldo em 31/12/2023
Software	899	-	-	-	(247)	20%	652
Plataforma (i)	13.411	-	-	-	(1.647)	10%	11.764
Licenças e customizações	119	-	-	-	(119)	20%	-
Marcas e Patentes	164	-	-	-	-	20%	164
Total	14.593	-	-	-	(2.013)		12.580

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transferência	(Baixas)	(Amortização)	%	Saldo em 31/12/2022
Software	1.561	557	-	(29)	(1.190)	20%	899
Plataforma (i)	6.829	7.482	-	-	(900)	10%	13.411
Licenças e customizações	76	-	85	-	(42)	20%	119
Marcas e Patentes	-	164	-	-	-	20%	164
Total	8.466	8.203	85	(29)	(2.132)		14.593

- (i) O ativo intangível está relacionado a plataforma “Core”, sendo essa a responsável pela criação e gerenciamento dos pedidos de empréstimos desde sua originação até a quitação. Tendo como informação principal as réguas de cobrança e informações sensíveis dos tomadores. Em 2022 novas funcionalidades foram implementadas a fim de flexibilizá-la para o lançamento de novos produtos, direcionando o crédito a pessoas físicas, limites de crédito, dentre outras funcionalidades.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

São compostos por:

	2023	2022
Fornecedores (i)	2.470	4.872
Total	2.470	4.872

- (i) São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

14. Salários e benefícios

São compostos por:

	2023	2022
Bônus a pagar (i)	7.556	9.045
Folha de pagamento (ii)	4.908	4.507
Encargos sobre folha de pagamento (ii)	3.386	3.126
Total	15.850	16.678

- (i) Refere-se ao acordo de participação nos resultados da Companhia, que tem como objetivo incentivar a produtividade, a qualidade e o bom relacionamento entre a Companhia e seus empregados. O pagamento baseia-se no atingimento de metas individuais e da Companhia propostas para o ano.
- (ii) Inclui provisão de férias e encargos.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações.

Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista e cível.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

a. Contingências prováveis

Em 2023, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 25 (R\$ 37 em 2022), sendo compostas por 5 (cinco) processos (todos em 31 de dezembro de 2022), conforme quadro a seguir:

2022	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2023
37	15	(19)	-	(9)	25

2021	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2022
97	-	(19)	-	(41)	37

b. Contingências cíveis - possíveis

Em 2023, a Companhia possui contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis e, por essa razão, não foram constituídas provisões contábeis. A composição do montante das causas de naturezas cíveis é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Cíveis - Possíveis	1.175	405
Total	1.175	405

16. Impostos a recolher

Os impostos a recolher da Companhia são compostos por:

	2023	2022
Pis	28	41
Cofins	132	202
ISS	82	183
IRRF sobre serviços tomados	12	42
INSS sobre serviços tomados	1	2
PCC sobre serviços tomados	38	93
Total	293	563

17. Parcelamentos

Em 2022, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos dos tributos federal e municipal para regularização dos impostos relativos a contratações de serviços de tecnologia no exterior. A regularização foi parcelada em 60 vezes. Estão contemplados os tributos: IRRF, PIS, COFINS, CIDE e ISS.

	2023	2022
Parcelamento	5.466	6.986
Total	5.466	6.986

	2023	2022
Circulante	1.520	1.431
Não circulante	3.946	5.555
	5.466	6.986

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 2023, a Companhia possui 10.231 ações ordinárias (10.225 ações ordinárias em 2022) detidas pela Open Co Holding Limited, nominativas e sem valor nominal. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$420.269 (R\$ 420.000 em 31 de dezembro de 2022). O saldo de R\$30.000 permanece a integralizar. As subscrições e integralizações efetuadas em 2023 e 2022 deram-se conforme quadro a seguir:

	2023			2022		
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Subscrito	A integralizar	Integralizado
Janeiro	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	10.000
Março	-	-	-	-	-	15.000
Abril	-	-	-	-	-	8.000
Mai	-	-	-	-	-	6.000
Junho	-	-	-	70.000	-	40.000
Julho	-	-	-	-	-	-
Agosto	269	-	269	-	-	90.000
Setembro	-	-	-	87.176	-	30.000
Outubro	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	30.000	-
Aumento de capital social	269	-	269	157.176	30.000	199.000

b) Prejuízo por ação do exercício

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e as ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	Prejuízo do exercício - Em R\$ mil	Quantidade média ponderada de ações	Prejuízo por ação – básico e diluído – Em R\$
31/12/2023	(78.509)	10.231	(7,67)
31/12/2022	(107.913)	10.225	(10,55)

c) Prejuízo acumulado na incorporação

Na incorporação da Open Co Correspondente Bancário Ltda., a Companhia absorveu um prejuízo no montante de R\$ 13.070 referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

Na incorporação da BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A. foi absorvido um prejuízo no montante de R\$2.209 referente ao período findo de 30 de novembro de 2023.

d) Reserva de capital – Plano de opção de ação

A Open Co Holding Limited, sociedade controladora da Companhia sediada no Reino Unido (“Open Co Holding”), teve seu plano de opção de compra de ações aprovado por seu Conselho de Administração em 31 de agosto de 2017, em concordância com as leis do Reino Unido. O plano tem prazo de 10 anos, e permite que o Conselho de Administração da Open Co Holding outorgue opções à administração e funcionários da Open Co Holding e de suas subsidiárias.

Em atendimento ao pronunciamento CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações*, as opções outorgadas pela Open Co Holding para funcionários da Companhia são contabilizadas como reserva de capital, uma vez que há pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo com entrega de instrumentos patrimoniais. Os parágrafos abaixo descrevem as características das opções emitidas pela Open Co Holding e contabilizadas na Companhia.

As opções serão exercíveis a qualquer momento, após decorrido o prazo contratual de *Vesting* de cada instrumento, se o funcionário seguir empregado no grupo. As opções são canceladas caso não sejam exercidas em até 90 dias da saída do funcionário.

O valor justo das opções é estimado em dólares americanos na data de concessão, com base em modelo *Black&Scholes*. As condições da concessão dos instrumentos são definidas pelo Conselho de Administração a cada outorga. Tipicamente, o período de *vesting* é de 4 (quatro) anos e as opções expiram 10 (dez) anos após sua outorga. O preço de exercício, definido em dólares americanos na outorga, deve ser pago à vista para a Open Co Holding no momento do exercício.

A seguir encontra-se demonstrado a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações:

	2023		2022	
	Número de opções	Preço médio ponderado de exercício	Número de opções	Preço médio ponderado de exercício
Saldo inicial do exercício	245.955	21,96	405.250	16,68
Outorgas	209.199	65,89	59.576	0,57
Canceladas	(100.339)	24,12	(125.020)	5,11
Exercidas	(121.613)	2,74	(93.851)	3,34
Saldo final do exercício	233.202	68,78	245.955	21,96

A estimativa do valor das opções outorgadas em 2023 e 2022, bem como os parâmetros utilizados na avaliação, encontra-se a seguir. Os valores são as médias das outorgas em cada exercício, ponderado pelo número de opções outorgado.

	2023	2022
Preço por ação (R\$)	115,35	151,01
Preço de exercício (R\$)	65,89	0,57
Volatilidade do preço da ação em USD (%)	97%	97%
Taxa de retorno livre de risco em USD (%)	4,0%	3,9%
Prazo de exercício (anos)	9,5	10,0
Valor da opção (R\$)	107,05	150,74

O quadro abaixo mostra as opções reconhecidas como despesa nos exercícios de 2023 e 2022:

	Opções vigentes no exercício (saldo)	2023		
		Opções com <i>vesting</i> no exercício		Valor total
		Número de opções	Valor médio (R\$/opção) (i)	
Opções existentes no início do exercício	245.955	34.888	203,36	7.095
Opções com outorga realizadas durante o exercício (ii)	209.199	68.898	108,31	7.462
Total do exercício	-	103.786	140,26	14.557

	2022			
	Opções vigentes no exercício (saldo)	Opções com <i>vesting</i> no exercício		
		Número de opções	Valor médio (R\$/opção) (i)	Valor total
Opções existentes no início do exercício	405.250	89.039	218,74	19.476
Opções com outorga realizadas durante o exercício (ii)	59.576	1.000	466,95	467
Total do exercício	-	90.039	221,50	19.943

(i) Valor da opção conforme estimado na data de concessão.

(ii) Inclui provisão para opções que possuem período de carência (*cliff*) para a primeira parcela do *vesting*.

19.Receita de serviços

Conforme destacado na Nota Explicativa nº 6.3, as receitas estão constituídas conforme segue:

	2023	2022
Receita de originação	13.258	18.483
Receita de avaliação, cobrança e renegociações	14.000	15.582
Impostos sobre receitas de serviços	(3.893)	(4.857)
Total	23.365	29.208

20.Custos de serviços

Os custos de serviços são compostos conforme segue:

	2023	2022
Custos de análise de crédito	(8.408)	(9.423)
Custos de formalização	(346)	(415)
Marketing	-	(279)
Custos de amortização de intangível	(2.261)	(2.090)
Total	(11.015)	(12.207)

21.Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são compostas conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesa de publicidade e propaganda	(2.366)	(5.477)
Despesas de tecnologia (i)	(14.725)	(23.890)
Assessoria e consultoria	(1.618)	(2.300)
Manutenção do escritório	(1.029)	(871)
Assessoria jurídica	(1.344)	(1.157)
Despesas com seguros	(787)	(1.171)
Ganho (Perdas) com empréstimos cancelados	370	(44)
Assessoria contábil	(342)	(348)
Despesas com auditoria	(407)	(499)
Despesas com viagens	(244)	(726)
Taxas e licenças	(4)	(315)
Despesas com cartório	(58)	(46)
Despesas com eventos	(242)	(639)
Outras despesas gerais	(1.463)	(665)
Fretes	(33)	(113)
Cursos e treinamentos	(4)	(145)
Tributos (ii)	(1.027)	(10.368)
Despesas de depreciação e amortização	(1.018)	(1.150)
Total	(26.341)	(49.924)

- (i) Trata-se de despesas operacionais para manutenção da estrutura de tecnologia da Companhia, como itens de informática de pequeno valor, relacionados a equipamentos de TI, bem como serviços relacionados à manutenção de plataformas e estruturas em nuvem utilizados pela Companhia.
- (ii) Em 2022, representado substancialmente, pela adesão ao parcelamento de tributos federais, bem como municipal (PIS/COFINS/IRRF/CIDE/ISS retidos na fonte) relativo as contratações de serviços do exterior. O valor parcelado foi de R\$7,6 milhões num total de 60 meses com atualização Selic, conforme disposto em Instrução Normativa 2.063 publicada pela Receita Federal do Brasil sobre o Parcelamento de débitos.

22.Despesas com pessoal

As despesas com pessoal estão compostas conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários	(35.454)	(30.970)
Benefícios	(7.086)	(6.340)
Bônus	(5.562)	(8.936)
Encargos sobre folha	(14.026)	(9.786)
Total	(62.128)	(56.032)

23.Receitas e despesas financeiras

Trata-se de receitas auferidas nas aplicações financeiras, descrita na Nota Explicativa nº 7 e de despesas com tarifas bancárias, IOF sobre transações financeiras e juros sobre o arrendamento do imóvel.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu R\$ 12.381 com receitas financeiras (R\$ 7.666 em 31 de dezembro de 2022), e incorreu em R\$ 620 de despesas financeiras (R\$ 18.298 em 31 de dezembro de 2022).

O valor de R\$18.298, referente a despesa financeira demonstrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está representado substancialmente pelo ajuste a valor presente relativo à perda por desvalorização das Debêntures da Vert (R\$ 12.504 em 2022) e Geru 37 (R\$ 4.138 em 2022). Adicionalmente, o valor de R\$ 1.358 referente a despesas financeiras com IOF também compõem o total mencionado na referida nota em 2022. Os valores citados somam o montante de R\$ 18.000 em 2022.

24.Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes dos impostos	(78.509)	(107.913)
(+/-) Adições (Exclusões) - Temporárias	4.813	6.287
Programa de participações sobre o lucro	5.562	8.936
Despesas Inedutíveis	44	3.021
Reversão de provisões	(794)	(5.670)
(Prejuízo Fiscal)	(73.697)	(101.626)
Crédito tributário sobre prejuízos fiscais a 34% (i)	25.057	27.772

A Companhia possui créditos fiscais de 2023 não reconhecidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

25.Transações e saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A. (antiga Geru Sociedade de Crédito S.A.), BizCapital Correspondente Bancário Ltda e a sua controlada, a Open Co Holding Limited, bem como seus administradores.

As seguintes entidades deixaram de ser partes relacionadas: Open Co Correspondente Bancário Ltda. foi incorporada em 2022, a Ruge Securitizadora foi vendida em 2023 e a Boletoflex Tecnologia e Serviços S.A foi incorporada em 2023.

As transações e os saldos da Companhia com partes relacionadas estão assim sumarizados:

Transações ativas e passivas com partes relacionadas

Transações ativas

	Contas patrimoniais		Resultado	
	2023	2022	2023	2022
Ruge Securitizadora (i)	-	984	-	368
Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A (ii)	-	114	-	-
Boletoflex Tecnologia e Serviços S.A (iii)	-	200	-	-
BizCapital Correspondente Bancário Ltda.(iv)	3.000	-	-	-
Total de Partes relacionadas	3.000	1.298	-	368

- (i) Trata-se de saldos a receber de partes relacionadas por serviços mensais de avaliação de crédito e cobrança, conforme descrito na nota 6.3.
- (ii) Trata-se de saldo a receber de partes relacionadas pela contratação e pagamento de serviços de terceiros, liquidado em 2023.
- (iii) Trata-se de saldo a receber pelo contrato de mútuo celebrado entre as partes relacionadas, liquidado quando da incorporação da Boleto Flex na Open Co Tecnologia em novembro de 2023.
- (iv) Trata-se de saldo a receber relativo ao contrato de mútuo firmado em 28 de agosto de 2023 com a BizCapital Correspondente Bancário Ltda, empresa do mesmo Grupo Econômico. Não incidem correção monetária e juros desde a data da celebração do contrato até a sua efetiva restituição à Companhia. A mutuária se obriga a recolher e pagar qualquer tributo que incida ou venha incidir sobre o mútuo. O valor do mútuo será pago e devolvido integralmente em até 06 (seis) meses contatos da data de assinatura do contrato. O 1º aditamento ao contrato foi firmado em 29 de fevereiro de 2024, o qual estabelece a postergação de mais 03 (três) meses do pagamento à mutuante.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve transações passivas com partes relacionadas. As transações com partes relacionadas não possuem incidência de encargos e prazos de vencimento

Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor total pago a título de remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.142 (R\$ 3.197 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em cotas.

26. Gerenciamento de riscos

A Open Co Tecnologia preocupa-se com a manutenção da qualidade de seus ativos, objetivando um crescimento sustentável e contribuindo para uma evolução financeira saudável e responsável. A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados à operação e está dividida da seguinte forma:

a. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Por serem os recebíveis compostos basicamente por operações com Companhias do grupo e os créditos originados pela sua plataforma serem endossados a outros veículos, não há retenção de risco de crédito pela Open Co Tecnologia.

b. Risco de mercado

O risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (*commodities*) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos.

A Companhia não possui operações sujeitas relevantemente a esses fatores.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da possibilidade de a Companhia ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

Os fluxos de caixa são projetados em vértices mensais, considerando os valores de passivos e ativos no vencimento, projeções de despesas futuras, projeções de receitas e qualquer evento que venha afetar o fluxo de caixa no horizonte de um ano, de forma a possibilitar que a Companhia mantenha um nível de liquidez capaz de suprir as necessidades de suas operações e gerenciar necessidades de novas captações.

d. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Assim, a fim de assegurar-se contra riscos operacionais diversos que venham a afetar as suas atividades, a Companhia contratou em fevereiro de 2023 o Seguro de Responsabilidade para Administradores (D&O), e em março de 2023 o Seguro para Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (Cyber), ambos com vigência de 12 meses, conforme o quadro abaixo:

Modalidade	Montante	Vigência da cobertura
Seguro D&O	Até R\$ 36.050.000,00	25/02/2023 a 25/02/2024 (*)
Seguro Cyber	Até R\$ 15.000.000,00	24/03/2023 a 24/03/2024 (*)
Seguro incêndio	Até R\$ 8.000.000,00	07/12/2023 a 07/12/2024

(*) Renovados na data do vencimento.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

O quadro abaixo mostra as opções reconhecidas como despesa nos exercícios de 2023 e 2022.

27. Incorporação

Em 27 de novembro de 2023, por meio do Protocolo de Justificação e Incorporação, a BoletoFlex foi incorporada na Open Co Tecnologia S.A. O patrimônio líquido da BoletoFlex, objeto da incorporação na Companhia, é composto pelas contas indicadas no balanço patrimonial abaixo. O valor do passivo a descoberto incorporado pela Companhia foi de R\$ 2.209.

Caixa e equivalentes de caixa	68
Contas a receber	25
Outros ativos	453
Imobilizado	235
Ativo	781
Fornecedores e outras contas a pagar	13
Salários e benefícios	72
Outras contas a pagar	2.899
Impostos a recolher	5
Passivo	2.990
Capital Social	16.125
Prejuízos acumulados	(18.334)
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(2.209)
Total Passivo + Patrimônio Líquido	781